

Esta vigésima quarta edição da Revista Contemporânea de Contabilidade oferece 08 (oito) artigos, de orientação mais prática.

O primeiro artigo, intitulado Dividendos e *accruals* discricionários: um estudo sobre a relação entre a política de distribuição de dividendos e a qualidade dos lucros, de autoria de William Brasil Rodrigues Sobrinho, Herbert Simões Rodrigues e Alfredo Sarlo Neto, investiga no contexto brasileiro a relação controversa entre a política de dividendos e o gerenciamento do lucro. Utilizando o modelo modificado de Jones (1991), com o ajuste de desempenho da firma sugerido por Kothari, Leone e Wasley (2005), os autores, concluem que não há relação entre pagamentos de dividendos das companhias listadas na BM&FBovespa, no período compreendido entre 2003 e 2012, e a qualidade do lucro contábil.

O segundo artigo, intitulado Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas companhias brasileiras listadas no Ibovespa, de autoria de Marcelo Augusto Ambrozini, à luz do CPC 40 (R1) analisa o grau de observância das orientações de 23 itens de evidenciação obrigatória em 45 empresas brasileiras de capital aberto nos relatórios contábeis encerrados em 31/12/2013. Em linhas gerais o estudo constatou que a evidenciação desses elementos melhorou após a introdução da obrigatoriedade das normatizações; embora a evidenciação de alguns itens como as operações com *hedge* deixem a desejar.

O terceiro artigo, Relação entre investimentos em intangíveis e produtividade total de fatores: um estudo do setor industrial brasileiro, é de autoria de Janderson M.Vaz, Gideon Carvalho de Benedicto, Francisval de Melo Carvalho e Fabrício Molica de Mendonça. O trabalho analisa a possível relação entre a intangibilidade da indústria brasileira e a sua produtividade total de fatores por meio do teste de causalidade de Granger utilizando os dados de 42 companhias industriais brasileiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBovespa. Os resultados da pesquisa apresentaram evidências estatísticas da existência de relação causal do Grau de Intangibilidade na Produção total de Fatores apenas para os setores Petróleo e Gás e Siderurgia e Metalurgia.

O artigo que se segue, *Accruals* discricionários nas combinações de negócios e o preço das ações, de Leandro Augusto Toigo, Tânia Cristina Chiarello e Roberto Carlos Klann inspirado nos estudos de Louis (2004) e Gong, Louis e Sun (2008) no Mercado de capitais norte-americano investiga a relação dos *accruals* discricionários em períodos pré e pós-combinação de negócios no Brasil com o desempenho da companhia no mercado de ações no mesmo período. Os resultados desta pesquisa descritiva e documental, permitem concluir que as 32 companhias brasileiras que realizaram operações de combinação de negócios no período de 2011 e 2012 não utilizaram *accruals* discricionários com o objetivo de elevar o valor de suas ações no período pré-combinação.

O quinto artigo, intitulado Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis: um estudo na perspectiva da teoria institucional, de autoria de Bianca Bigolin Liszbinski, Clóvis Antônio Kronbauer, Clea Beatriz Macagnan e Tiago Zardin Patias, à luz da teoria institucional busca verificar a conformidade do balanço patrimonial e das notas explicativas de 50 empresas no período de 2006 a 2012 às normativas exigidas para o reconhecimento contábil dos ativos intangíveis. Para a amostra selecionada os resultados revelam uma convergência gradual à nova matriz institucional relativa aos AIs e a possibilidade de utilização da teoria institucional para explicar a mudança nos procedimentos contábeis do reconhecimento desses elementos especialmente a partir de 2010 com a normatização do CPC 04.

O sexto artigo da presente edição, de autoria de Marcelo Driemeyer Wilbert, André Luiz Marques Serrano, Rodrigo de Souza Gonçalves e Laís Sienna Alves, intitulado Redução do imposto sobre produtos industrializados e seu efeito sobre a venda de automóveis no Brasil: uma análise do período de 2006 a 2013, tem por objetivo verificar se a redução da alíquota do IPI causou alterações nas vendas de automóveis. O estudo, a partir dos testes de regressão selecionados para análise, não evidenciam a existência de relação de significância entre a redução do IPI e a venda de automóveis para o período analisado.

O penúltimo artigo deste volume tem como título Análise da relação do produto interno bruto dos municípios do estado de Santa Catarina com as demonstrações do valor adicionado e tem Larissa Degenhart, Mara Vogt e Nelson Hein como autores. O presente artigo analisa os dados do Produto Interno Bruto com as DVAs da Agropecuária, Indústria, Serviços e da Administração de 293 municípios catarinenses do Censo Demográfico de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os autores concluem “que a Demonstração do Valor Adicionado é considerada uma importante aliada na formação do Produto Interno Bruto”.

O trabalho que fecha esta edição tem como título Riscos de corrupção e infrações conexas: o caso dos institutos politécnicos públicos portugueses. As autoras Carla Isabel Dias Cabrita Cardoso, Sandra Cristina Dias Nunes e Maria Teresa Venâncio Dores Alves investigam o nível de divulgação de informação sobre o risco apresentado por 15 Institutos Politécnicos (IP's) portugueses. O estudo concluiu que os IP's apresentavam riscos estratégicos, financeiros, operacionais e de perigos.

Desejo a todos, boas leituras!

Sandra Rolim Ensslin
Editora